



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12460 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVI Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd Nordeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT15 - Educação Especial

DEFICIÊNCIA VISUAL E INCLUSÃO ESCOLAR: um relato de experiência
 Fernanda Rodrigues Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
 Kaciana Nascimento da Silveira Rosa - UFMA - Universidade Federal do Maranhão

DEFICIÊNCIA VISUAL E INCLUSÃO ESCOLAR: um relato de experiência

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar consiste em garantir à todos de forma igualitária uma educação que atenda as suas necessidades enquanto sujeitos inseridos em uma sociedade, por meio de currículos, métodos, recursos e profissionais qualificados para propiciar a participação plena de todos dentro do espaço escolar.

Para o projeto de uma escola inclusiva, necessita-se de um profissional com formação específica para atuar com a diversidade e com uma prática pedagógica que favoreça o desenvolvimento da aprendizagem de forma significativa, em que nenhum aluno fique fora do ensino regular desde as séries iniciais (MANTOAN, 1998).

No que se refere a inclusão de crianças com deficiência visual, deve-se buscar práticas inclusivas com a utilização de recursos que possibilite a participação desses alunos dentro do espaço educativo, inserindo-os no processo de alfabetização, levando em consideração as suas especificidades com a utilização dos sentidos remanescentes e sua iniciação no sistema Braille como leitura de escrita.

O objetivo deste trabalho consiste em apresentar como vem ocorrendo a inclusão de crianças com deficiência visual regularmente matriculadas no primeiro ano do ensino fundamental de uma escola da rede municipal de São Luís – MA. Busca-se, portanto, contribuir com o conhecimento na área da Educação Especial, ao trazer práticas inclusivas para o ensino de crianças com deficiência visual.

A pesquisa foi realizada na Unidade de Educação Básica (U.E.B.) Professor Sá Valle, e trata-se de um relato de experiência em que as crianças deste estudo são atendidas por uma professora que também tem deficiência visual.

ASPECTOS GERAIS SOBRE A INCLUSÃO E DEFICIÊNCIA VISUAL

A inclusão inicia com base em movimentos para garantir os direitos das pessoas com deficiência, como os especificados na Declaração de Salamanca, em que se busca a diminuição de práticas excludentes, por meio do desenvolvimento de uma pedagogia centralizada na criança, capaz de educar todos os meninos e meninas, inclusive os que sofrem de doenças graves (UNESCO, 1994).

Dessa forma, as escolas devem garantir uma educação de qualidade, de modo a se preocupar em atender as necessidades educacionais, levando em consideração os ritmos de aprendizado de cada educando, com o desenvolvimento de práticas inclusivas que provocam mudanças dentro do espaço educativo que valorizem o educando como um sujeito social inserido em uma sociedade letrada.

Mesmo com o ideal inclusivo apresentado por vários documentos legais, há muitos desafios para que essa educação se concretize na prática como, por exemplo, a estrutura física do ambiente educativo que, em muitos casos, não contemplam as necessidades específicas educacionais das crianças com deficiência; e práticas pedagógicas com base no modelo tradicional de ensino presentes ainda em nossos dias, com conteúdos que não favorecem a aprendizagem dos educandos com deficiência. Diante disso, vê-se a necessidade de políticas públicas educacionais que contemplem as especificidades da área da Educação Especial, assim como, a disponibilidade por parte do docente em querer aprender a trabalhar com o diferente.

A deficiência visual define-se como a perda ou redução da capacidade visual em ambos os olhos em caráter definitivo e que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de tratamento cirúrgico, clínico ou lentes (INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT, 2005 *apud* PINHEIRO, 2008). A deficiência visual divide-se em cegueira e baixa visão, podendo ser adquirida ou congênita. Por sua vez, dependendo da classificação da deficiência visual, as crianças com essa deficiência irão utilizar fontes ampliadas, lupas, braile, soroban, bengala.

Historicamente, as primeiras tentativas para criação de métodos que permitissem aos cegos o acesso a linguagem escrita utilizavam a fundição de letras em metal, caracteres recortados em papel e alfinetes de diversos tamanhos pregados em almofadas; contudo, esses materiais só permitiam a leitura de pequenos textos, e a escrita era impossível de se realizar (MOSQUEIRA, 2010, P. 18).

Nota-se, por tanto, que a leitura inicialmente foi priorizada em virtude de não haver condições para o desenvolvimento da escrita. Situação que muda com a criação do Sistema

Braille, propiciando não somente a leitura, mas também a escrita, sendo um sistema formado pela combinação de pontos.

PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO DESENVOLVIDAS POR CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR: relato de experiência

O presente relato de experiência apresenta o processo de ensino de duas crianças – irmãs gêmeas - com deficiência visual, durante o segundo semestre do ano de 2018. Na época, as crianças estavam matriculadas no primeiro ano dos anos iniciais do ensino fundamental, no turno vespertino, da Unidade de Educação Básica Professor Sá Valle – escola da rede municipal de São Luís.

Daltro e Faria (2019) entende o relato de experiência como uma modalidade de conhecimento no campo da pesquisa qualitativa que apresenta o produto processado pelas elaborações e concatenações do pesquisador, trazendo algumas das suas compreensões a respeito do que foi vivido.

No início da pesquisa, percebeu-se que as crianças estavam apenas como ouvintes na sala de aula do ensino regular, situação que mudou com a chegada de uma professora deficiente visual. A professora foi encaminhada para a escola visando atender as necessidades educativas dessas crianças com a utilização de recursos que pudessem promover aprendizagens significativas. As atividades desenvolvidas em sala de aula eram lúdicas e possibilitava a alfabetização das crianças de forma divertida e prazerosa.

As crianças fizeram a representação das palavras com as letras do alfabeto de “A até L” no recurso de selas Braille confeccionado em EVA, para ser similar ao uso da reglete. Essa atividade foi iniciada com o uso de palavras simples até chegar nas mais complexas, em que se fazia a introdução de palavras com letras acentuadas. Ao representarem as palavras, as crianças identificaram a quantidade de sílabas, vogais, consoantes, encontros vocálicos e consonantais, substantivos próprios e comuns, e fizeram a construção de frases de forma oral. A construção das palavras era orientada pela professora.

Em relação ao uso da reglete, as crianças tiveram dificuldades para perfurar os pontos da sela cheia, precisando da ajuda da professora com deficiência visual para segurar a mão de cada uma delas para fazer a perfuração dos pontos da sela cheia. Com a realização dessas atividades, durante algumas semanas, as crianças passaram a fazê-las sozinhas, o que as deixavam felizes, mesmo contendo erros em algumas selas, porque percebiam que estavam progredindo em seus conhecimentos. Ao serem apresentadas fichas com as letras do alfabeto e os seus nomes completos em Braille, elas conseguiram fazer a leitura. Porém, no que se refere a escrita, ainda possuem algumas dificuldades que, segundo a professora, serão superadas com o tempo.

Quanto a matemática, fizeram o uso do ábaco para compreender quantidades. No ábaco, as crianças aprenderam a noção de dezena e centena; e estudaram as tabuadas de

adição e subtração de forma sequencial e alternada.

Além do uso do ábaco, fez-se o uso do soroban, para representar os numerais de 1 a 200. O soroban divide-se em classes com unidade, dezena e centena, tem 21 eixos e 7 classes na parte inferior e superior.

Os jogos também foram muito utilizados em sala de aula. Utilizou-se o jogo da velha, confeccionado com isopor, para fazer o tabuleiro, EVA para fazer os compartimentos do tabuleiro e as peças do jogo. O objetivo do jogo foi estimular a concentração e raciocínio lógico das crianças. O jogo de memória também foi outra proposta apresentada, por meio figuras geométricas táteis para trabalhar a concentração e percepção de peças semelhantes.

Todas as atividades foram mediadas pela professora.

CONCLUSÃO

A escola tem ainda dificuldades no que diz respeito a alfabetização de crianças com deficiência visual dentro do espaço educativo como materiais específicos escassos, falta de acessibilidade arquitetônica, atitudinal, etc. Para que essas dificuldades sejam superadas, necessita-se de recursos, profissionais qualificados e a efetivação de políticas públicas que promovam o acesso de todos à uma educação de qualidade.

Os professores, devido a sua falta de qualificação para trabalhar com crianças com deficiência, procuram formações por conta própria, porque mesmo com toda a legislação em prol da garantia uma educação de qualidade, faltam propostas de formações continuadas sobre essa temática nas escolas.

A família deve participar de forma ativa para cobrar os direitos previstos nas políticas públicas educacionais, assegurando de fato a inclusão de seus filhos de forma significativa no processo educativo.

Práticas inclusivas e qualificação docente são aspectos de suma importância para promover a inclusão de crianças com deficiência nas escolas, ao buscarem atender as especificidades do educando.

Para favorecer a inclusão de crianças com deficiência visual, necessita-se identificar os procedimentos adequados para resolver as barreiras que dificultam a aprendizagem.

Crianças com deficiência visual precisam fazer a aquisição do sistema de escrita Braille para ter acesso a leitura e escrita. Isso fará com que as crianças tem acesso ao mundo letrado.

Por isso, necessita-se de um profissional qualificado que atendas as suas necessidades educacionais com base em práticas inclusivas que favoreçam o desenvolvimento significativo

da sua aprendizagem.

REFERÊNCIAS

DALTRO, Mônica Ramos e FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estud. pesquis. psicol. [online]**. 2019, vol.19, n.1, pp. 223-237. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812019000100013 Acesso em: 20 de set. de 2022.

MANTOAN, M. T. E. Ensino inclusivo: educação de qualidade para todos. Brasília: **Revista Integração**. SEESP, ano 8, nº 20, 1998.

MOSQUEIRA, Carlos Fernando França. Deficiência Visual na Escola Inclusiva. 3.ed. Curitiba: Ibpe, 2010.

PINHEIRO, Me S. SILVA, ERP. O ir e vir dos deficientes visuais: barreiras arquitetônicas e acadêmicas na UFMT Inclusão Social, Brasília, v. 3, n. 1, p. 48 – 65, oot. 2007/mar. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibect.br./inclusao/index.php/inclusao/artecle/viiw/103/116>>. Acesso em 29 de Novembro de 2021.

UNESCO. Declaração de Salamanca.1994.